

PETROPOLITANAS



AGÊNCIA BRASIL

MPF diz que perícia judicial foi realizada apenas em setembro de 2024

MPF pede revisão de perícia sobre indenizações na BR-040 no Contorno

Quase nove anos após o afundamento do solo às margens da BR-040, na comunidade do Contorno, em Petrópolis, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal a complementação do laudo pericial que servirá de base para calcular as indenizações das famílias atingidas. O órgão defende que a avaliação considere o estado dos imóveis na época do desastre, ocorrido em novembro de 2017, e não a deterioração provocada pelos anos de interdição e falta de manutenção. Segundo o MPF, há divergências entre a perícia judicial e as avaliações realizadas pela antiga concessionária Concer, com imóveis avaliados abaixo dos valores de 2018, além de diferenças nas metragens das construções e na consideração das áreas dos terrenos. Para o MPF, a revisão é necessária para evitar distorções e assegurar que as indenizações reflitam os prejuízos efetivamente sofridos pelas famílias.

UNIFASE amplia estratégia de internacionalização

O Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE) deu mais um passo na estratégia de internacionalização com a assinatura de um convênio institucional com a Pontificia Universidad Católica Madre y Maestra (PUCMM), da República Dominicana. A parceria fortalece a cooperação entre as instituições e consolida uma nova etapa da Especialização em Disfunção Temporomandibular (DTM) e Dor Orofacial oferecida pela PUCMM. A parceria integra a estratégia de internacionalização da UNIFASE, voltada à construção de redes de cooperação.

DIVULGAÇÃO/UNIFASE



Curso será realizado majoritariamente no campus da PUCMM

Dupla certificação nas próximas graduações

A cooperação acadêmica entre as universidades dominicana já vinha sendo construída na pós-graduação em Odontologia e resultou na implantação da primeira turma da especialização em DTM e Dor Orofacial na República Dominicana. Com o novo convênio institucional, a segunda turma do curso será oferecida com dupla certificação, emitida pela PUCMM e pela UNIFASE. Com início previsto para setembro, o curso será realizado majoritariamente no campus da PUCMM, em Santiago de los Caballeros, com aulas ministradas, em sua maioria, por docentes da UNIFASE.

Cadastramento para regularização fundiária

A Prefeitura iniciou o cadastramento das famílias interessadas em participar do programa de regularização fundiária nas comunidades São João Batista e Vila São Jorge, no Duarte da Silveira. As equipes da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e o Instituto de Terras e Cartografia do Estado (ITERJ), já cadastraram 152 famílias de uma estimativa de 366. Mas o número poderá ser maior à medida que o levantamento for concluído.

Ação social no Terminal

O Terminal do Centro de Petrópolis recebe nesta quinta-feira, dia 23 de julho, das 9h às 13h, uma ação social promovida pela Prefeitura em parceria com o INSS. O atendimento é gratuito, sem necessidade de agendamento, e tem como objetivo facilitar o acesso de toda a população a serviços e orientações.

Serviços do INSS

A Secretaria de Assistência Social oferecerá atualização do CadÚnico, emissão de declaração para solicitação da Tarifa Social de Energia Elétrica e orientações sobre benefícios sociais. Já a equipe do Programa de Educação Previdenciária (PEP) do INSS prestará atendimento aos segurados, com consultas sobre benefícios, histórico de pagamentos e consignações.

Eleição

No dia 4 de outubro, primeiro turno das Eleições 2026, 158.745.463 eleitores poderão comparecer às urnas para escolher os novos representantes políticos. O crescimento foi de 2.291.452 de pessoas em comparação com o pleito de 2022. Em 2026, estão em disputa os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital.

Em Petrópolis

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Petrópolis possui 239.478 eleitores aptos a votar. Desse total, 197.874 têm o voto obrigatório e 41.604 se enquadram no voto facultativo. Ainda segundo o tribunal, 182.759 eleitores já realizaram o cadastramento biométrico, enquanto 56.719 ainda não fizeram o procedimento.

Faixa etária

A análise por faixa etária indica um eleitorado mais concentrado nas idades adultas e com crescimento do peso das faixas mais velhas. Em 2026, o maior grupo é o de 40 a 44 anos, com 15.994.391 pessoas, ou 10,08% do eleitorado nacional. Em seguida aparecem as faixas de 45 a 49 anos, com 15.271.754 eleitores.

Jovens

Entre os eleitores mais jovens, com 18 anos ou menos, o cadastro das Eleições 2026 reúne 3.571.159 pessoas, o equivalente a 2,25% do eleitorado nacional. O número ficou praticamente estável em relação às Eleições Gerais de 2022, quando eram 4.177.627 jovens nessa faixa, queda de 606.468 registros (14,52%).



Contrato prevê um investimento de R\$ 1.499.830

Após meses sem monitoramento, Prefeitura firma novo contrato

Empresa terá até 60 dias para colocar o sistema em operação no município

Por **Gabriel Toledo**

Após meses sem um sistema de videomonitoramento em funcionamento, a Prefeitura de Petrópolis oficializou a contratação emergencial da empresa Safety Tecnologia em Segurança Ltda. para retomar o serviço. O contrato, publicado no Diário Oficial, prevê investimento de R\$ 1.499.830 e terá vigência de 12 meses.

A interrupção do monitoramento motivou uma ação civil pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que cobrou da Justiça medidas para obrigar o município a restabelecer o serviço. Segundo o órgão, a administração municipal já sabia, desde 2025, da necessidade de substituir o contrato anterior, mas não teria adotado as providências necessárias.

O contrato foi firmado em 15 de julho e prevê que a empresa seja responsável pela locação e operação de uma solução integrada de videomonitoramento urbano, em regime de empreitada por preço global — modalidade em que o serviço é executado por um valor total previamente estabelecido. Os recursos serão custeados pela Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública.

A contratação emergencial decorre do Processo Administrativo nº 4.683/2026 e tem como objetivo recompor temporariamente o sistema enquanto a Prefeitura realiza a licitação definitiva. O termo de referência prevê a implantação de 67 pontos de monitoramento, com 115 câmeras convencionais, oito equipamentos para leitura automática de placas (LPR), quatro câmeras com tecnologia de reconhecimento

facial, além da instalação de uma central de monitoramento, servidores, softwares e manutenção durante todo o período contratual. O documento estabelece que o sistema deverá estar em operação plena em até 60 dias após a emissão da ordem de serviço.

Neste mês, o MPRJ voltou a contestar a justificativa apresentada pela Prefeitura para a interrupção do videomonitoramento. Na manifestação encaminhada à Justiça, o órgão afirmou que documentos administrativos demonstram que o município tinha conhecimento, desde novembro de 2025, de que o sistema, composto por cerca de 90 câmeras, estava defasado e próximo do colapso, mas não realizou o planejamento necessário para evitar a paralisação.

Na ocasião, a Prefeitura afirmou que os procedimentos para a contratação estavam em andamento e que trabalhava para retomar o monitoramento “o mais rápido possível”.

Com a publicação do contrato emergencial, a administração municipal inicia a implantação da nova estrutura de videomonitoramento enquanto dá continuidade ao processo licitatório para a contratação definitiva.

Em nota, a Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública informou que trabalha na licitação da nova central de monitoramento, que deverá ampliar a cobertura do sistema e contar com equipamentos mais modernos. A pasta acrescentou que o contrato emergencial permitirá a retomada das operações no menor prazo possível e destacou que o sistema em implantação já contará com mais câmeras e tecnologia superior à utilizada anteriormente.